



I) DADOS ESTATÍSTICOS DA OUVIDORIA GERAL MP/CE (SETEMBRO/2018)

1) TIPOLOGIA DAS MANIFESTAÇÕES

1.1) RECEBIDAS NA OUVIDORIA - POR ASSUNTO

Assunto	Receb/Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	TOTAL
Informações gerais	33	0	11	21	0	1	33
Meio ambiente/Planejamento urbano	29	0	9	14	0	6	29
Demanda alheia à competência do MP	23	0	9	14	0	0	23
Improbidade administrativa/Patrimônio público	22	0	8	13	0	1	22
Concurso público	17	0	5	11	0	1	17
Idoso	16	0	2	14	0	0	16
Eleitoral	13	0	2	7	0	4	13
Cidadania	12	0	1	10	0	1	12
Execução penal	12	0	2	3	0	7	12
Consultas e dúvidas jurídicas	10	0	1	9	0	0	10
Administração e funcionamento do MP	9	0	9	0	0	0	9
Controle externo da atividade policial	8	0	2	5	0	1	8
Saúde	8	0	1	7	0	0	8
Crime	7	0	3	3	0	1	7
Deficiente	6	0	0	6	0	0	6
Consumidor	5	0	1	4	0	0	5
Serviço público	5	0	1	2	0	2	5
Educação	4	0	2	2	0	0	4
Discriminação de gênero, etnia, condição física, social ou mental	2	0	0	2	0	0	2
Infância e juventude	2	0	0	2	0	0	2
Irregularidade trabalhista	2	0	0	2	0	0	2
Membro do Ministério Público	2	0	0	2	0	0	2
Estagiário do Ministério Público	1	0	0	1	0	0	1
Lei de Acesso à Informação – LAI	1	0	0	1	0	0	1
Sindical e questões análogas	1	0	0	0	0	1	1
Trânsito	1	0	1	0	0	0	1
TOTAL							251

Legenda:

Recebidas/Novas – total de manifestações recebidas pela Ouvidoria no mês corrente, de acordo com o assunto/órgão;

Respondido – manifestação respondida à Ouvidoria pelo órgão de execução competente, sendo repassada ao manifestante;

Encerrado – manifestação arquivada;

Aguardando resposta – manifestação aguardando resposta por parte do órgão de execução responsável;

Pendentes – manifestação recebida na Ouvidoria, mas que ainda não foi encaminhada ao órgão de execução responsável;

Inválidas – manifestações que não possuem qualquer informação capaz de ser objeto de encaminhamento.



1.2) ENCAMINHADAS AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Órgão	Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	TOTAL
Resposta direta ao cidadão	187	0	60	102	0	25	187
Promotorias de Justiça do Interior	30	0	6	24	0	0	30
Promotorias/Procuradorias de Justiça Especializadas da Capital	30	0	3	26	0	1	30
Órgãos fora do âmbito do MP	3	0	0	3	0	0	3
Assessoria Jurídica da Ouvidora-Geral	1	0	1	0	0	0	1
Corregedoria/PGJ/NUPAD	0	0	0	0	0	0	0
Outros órgãos/setores do MP	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL							251

2) MEIOS DE CONTATOS UTILIZADOS PELO MANIFESTANTE

Meio de Contato	Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	TOTAL
Sistema	128	0	22	94	0	12	128
E-mail	81	0	12	57	0	12	81
Telefone	30	0	30	0	0	0	30
Presencial	12	0	9	1	0	2	12
Correio postal	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL							251

3) TRAMITAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES*

Assunto	Quantidade
Arquivadas em setembro	101
Tramitando em setembro	35
TOTAL	136

* Apenas as manifestações que foram autuadas

4) MANIFESTAÇÕES PRIORITÁRIAS

Tipo	Quant	Porcent (%)
Manifestações prioritárias entradas em setembro arquivadas	4	66,67
Manifestações prioritárias entradas em setembro tramitando	2	33,33
TOTAL	6	100,00



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



OUVIDORIA
Ministério Público

6.2) POR ÓRGÃO (RESUMIDO)

Órgão	Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	TOTAL
Promotorias de Justiça do Interior	29	0	9	20	0	0	29
Promotorias/Procuradorias de Justiça Especializadas da Capital	25	0	3	21	0	1	25
Órgãos fora do âmbito do MP	3	0	0	3	0	0	3
Corregedoria/PGJ/NUPAD	1	0	1	0	0	0	1
Assessoria Jurídica da Ouvidora-Geral	0	0	0	0	0	0	0
Outros órgãos/setores do MP	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL							58

II) DADOS ESTATÍSTICOS DA OUVIDORIA GERAL MP/CE (DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 95/2013 DO CNMP)

II.1) RESUMIDO

Categoria	Recebidas/Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	Total
Solicitação de informação/providência	116	0	68	47	0	1	116
Reclamação	114	0	29	66	0	19	114
Sugestão	15	0	2	9	0	4	15
Representação	5	0	0	3	0	2	5
Elogio	1	0	1	0	0	0	1
Crítica	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL							251



II.2) DETALHADO

Assunto	Recebidas/Novas	Respondido	Encerrado	Aguardando Resp	Pendentes	Inválidas	Total
Outros	54	0	13	39	0	2	54
Meio ambiente	29	0	9	14	0	6	29
Demandas alheias à competência do MP	23	0	9	14	0	0	23
Improbidade administrativa	22	0	8	13	0	1	22
Concurso Público	17	0	5	11	0	1	17
Idoso	16	0	2	14	0	0	16
Eleitoral	13	0	2	7	0	4	13
Execução penal	12	0	2	3	0	7	12
Consultas e dúvidas jurídicas	10	0	1	9	0	0	10
Administração e funcionamento do MP	9	0	9	0	0	0	9
Controle externo da atividade policial	8	0	2	5	0	1	8
Saúde	8	0	1	7	0	0	8
Crimes	7	0	3	3	0	1	7
Consumidor	5	0	1	4	0	0	5
Serviços públicos	5	0	1	2	0	2	5
Educação	4	0	2	2	0	0	4
Atuação de membros e servidores	3	0	0	3	0	0	3
Discrim. de gên., etnia, cond. física, social ou mental	2	0	0	2	0	0	2
Infância e juventude	2	0	0	2	0	0	2
Lei de Acesso à Informação (LAI)	1	0	0	1	0	0	1
Sindical e questões análogas	1	0	0	0	0	1	1
Acessibilidade	0	0	0	0	0	0	0
Residência na comarca e lotação de membros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL							251



III) OUTROS DADOS

Dado	Quant
Nº de atendimentos	251
Nº de memorandos expedidos	93
Nº de correspondências recebidas	78
Nº de despachos/pareceres proferidos	71
Nº de ofícios expedidos	12
Nº de participação em eventos/reuniões com outros órgãos/setores	3
Nº de reuniões internas da Ouvidoria	2
Nº de entrevistas concedidas	1
Nº de reuniões do CNOMP	1
Nº total de viagens	1
Nº de reuniões de facilitação de diálogo	0
Nº de reuniões do Projeto "Documentar Para Existir"	0
Nº de reuniões/palestra do Projeto "Rede Ouvir"	0
Total de expedientes/eventos	513

IV) PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Satisfação	Quant	Perc
Satisfeito	151	65,94
Insatisfeito	78	34,06
Parcialmente satisfeito	0	0,00
Total	229	100,00



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



CALENDÁRIO DO MÊS DE SETEMBRO

Dia 04 – Participação da Ouvidora-Geral na composição da mesa, na solenidade de abertura da 2ª Reunião Ordinária do GNDH/CNPJ, no auditório da PGJ;

Dia 05 – Entrevista da Ouvidora-Geral para a TV Assembleia, acerca do Projeto “Documentar para Existir”;

Dia 06 – Participação da Ouvidora-Geral na composição da mesa, na solenidade de abertura do evento “2ª Onda do Planejamento Estratégico”, no auditório da PGJ;

Dia 11 – 2ª Reunião Extraordinária do CNOMP, em Brasília/DF;

Dia 14 – Reunião ordinária da equipe da Ouvidoria;

Dia 24 – Reunião ordinária da equipe da Ouvidoria;

Dias 27 e 28 – 38ª Reunião Ordinária do CNOMP, em Belém/PA;

Dia 28 – Participação da Ouvidoria-Geral na reunião do Comitê de Gestão Estratégica, no gabinete do PGJ;



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



FOTOS E MATÉRIAS – SETEMBRO

Dia 04 – Participação da Ouvidora-Geral na composição da mesa, na solenidade de abertura da 2ª Reunião Ordinária do GNDH/CNPJ, no auditório da PGJ

II Reunião Ordinária do GNDH de 2018 teve início nesta terça-feira (04)

4 de setembro de 2018



A II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direito Humanos (GNDH) de 2018 teve início na manhã desta terça-feira (04/09) no auditório Deputado João Frederico, na Assembleia Legislativa do Ceará. O GNDH é órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ) que tem por finalidade promover, proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos.

Compuseram a mesa de abertura o procurador-geral de Justiça do Ceará, Plácido Barroso Rios; a procuradora-geral de Justiça da Bahia, Ediene Santos Lousado; a secretária estadual de Justiça e Cidadania e ex-presidente do GNDH, Socorro França, representando o Governo do Estado do Ceará; o

desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Francisco Gladysson Pontes; a procuradora-geral de Justiça do Acre, Kátia Rejane de Araújo Rodrigues; o secretário-executivo do GNDH, Rogério Luís Gomes de Queiroz; o membro auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Maurício Andreiulo Rodrigues; o corregedor-geral do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), José Wilson Sales Júnior; a ouvidora-geral do MPCE, Vera Maria Fernandes Ferraz; a defensora pública Nelie Aline Saraiva Marinho, representando a defensora pública geral do Ceará, Mariana Lobo; o presidente da Associação Cearense do Ministério Público, Lucas Felipe Azevedo de Brito; e Regina Memória, representando a Universidade do Parlamento Cearense (Unipace).

Na abertura, o procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, saudou os presentes e mencionou a honra de o estado cearense ser o anfitrião do GNDH. Durante o discurso, o procurador-geral citou ainda o desafio do sistema de Justiça na efetividade, de forma célere e eficiente, das políticas públicas, principalmente para a população mais carente do Ceará e do Brasil. “Eu não tenho dúvida que nós teremos um encontro bastante profícuo para que nós possamos melhor nos incumbir dessa nossa árdua tarefa que é exatamente promover a justiça”, enfatizou.

A ex-presidente do GNDH, Socorro França, ressaltou o papel do Ministério Público na efetivação do estado democrático de direito e a importância da atuação do Grupo para a formulação de políticas públicas dos governos estaduais e federal. “O que o GNDH, como Grupo Nacional de Direitos Humanos, pode, deve e vai fazer é exatamente trabalhar para minimizar a desigualdade que existe em nosso País”, salientou.

Empossada como nova presidente do GNDH, substituindo o procurador-geral de Sergipe, José Rony Silva Almeida, a procuradora-geral de Justiça da Bahia, Ediene Santos Lousado, explanou sobre o papel constitucional do MP como guardião do povo na luta permanente da defesa dos interesses e garantias das minorias. “Completeremos, no próximo dia 05 de outubro, 30 anos de Constituição Brasileira que deu ao Ministério Público, para além de autonomia administrativa e financeira, papel de extrema relevância na defesa do estado democrático de direito, da soberania popular e dos direitos fundamentais”, destacou.





MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



A solenidade contou ainda com execução do Hino Nacional Brasileiro, além de exibição de vídeo e apresentação musical da Casa de Vovó Dedé, instituição sem fins lucrativos de Fortaleza cuja missão é promover o desenvolvimento humano, pessoal e profissional, por meio da arte, cultura e educação de crianças e jovens de seis a 29 anos em situação de vulnerabilidade social.

Estiveram presentes procuradores e promotores de Justiça, coordenadores das Comissões Permanentes do GNDH, coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autoridades militares e civis, defensores públicos, além de servidores e colaboradores do MPCE.

Com atuação em âmbito nacional, o Grupo tem como objetivo a efetivação dos direitos humanos a partir da interlocução com a sociedade civil, da articulação entre os Ministérios Públicos, da promoção de convênios e de outros meios de atuação. Criado por meio de deliberação do CNPG, conforme reunião ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2005, o grupo é composto por representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público Militar e do Ministério Público do Trabalho.

Comissões

O evento prossegue até a quinta-feira (06/09) com reuniões simultâneas das sete comissões permanentes do GNDH: Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEDPDI), Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), Comissão Permanente de Defesa de Direitos Humanos em Sentido Estrito (COPEDH), Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID), Comissão Permanente de Educação (COPEPUC) e Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (COPEMA).

Participam das comissões os seguintes membros do MPCE: Isabel Pôrto (COPEDS), Hugo Porto (COPEDPDI), Hugo Mendonça (COPEIJ), Elizabeth Almeida (COPEPUC), Anailton Mendes (COPEVID), Eneas Romero (COPEDH) e Jacqueline Faustino (COPEMA). São coordenadores das respectivas comissões a procuradora de Justiça Isabel Pôrto e o promotor de Justiça Eneas Romero.

A finalidade das comissões é trocar experiências e discutir questões práticas e teóricas. Bialmente, o GNDH apresenta ao CNPG um plano com metas e estratégias de atuação na proteção dos direitos humanos e na consolidação da democracia e da justiça social.





MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



Dia 11 – 2ª Reunião Extraordinária do CNOMP, em Brasília/DF





MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



Dias 27 e 28 – 38ª Reunião Ordinária do CNOMP, em Belém/PA





MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



Dia 28 – Participação da Ouvidoria-Geral na reunião do Comitê de Gestão Estratégica, no gabinete do PGJ

Comitê Gestor de Projetos Estratégicos do MPCE apresenta resultados e alinha novos horizontes

28/09/2018



O Comitê Gestor de Projetos Estratégicos do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) reuniu-se, na manhã desta sexta-feira (28), para a apresentação do monitoramento trimestral de avanços e resultados obtidos nos projetos institucionais nas áreas meio e fim. Na abertura da reunião, o procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, destacou encaminhamentos nos trâmites das tratativas para a futura mudança de sede do MPCE no Centro Administrativo do Estado do Ceará (Cambeba), visando, sobretudo, uma grade de apoio humanizado para atendimento ao quadro de servidores, bem como melhorias na ambiência laboral.

Além do procurador-geral de Justiça Plácido Rios, também participaram da reunião a vice-procuradora geral, Vanja Fontenele; o procurador de Justiça e corregedor-geral do MPCE, José Wilson Sales; o procurador de Justiça e assessor auxiliar de Desenvolvimento Institucional do MPCE, Iran Sírio; a procuradora de Justiça Sheila Pitombeira; a promotora de Justiça e assessora auxiliar da Ouvidoria-Geral do MPCE, Ana Cláudia de Moraes; a coordenadora do Núcleo de Gestão de Projetos Estratégicos (NUGEP), Ticiania Sampaio; a diretora pedagógica da Escola Superior do MPCE, Lise Castelo Branco; e os técnicos ministeriais Ana Cláudia Martins Teixeira e Leandro Lopes Façanha.

A próxima reunião do Comitê ficou agendada para o dia 7 de dezembro deste ano. O material relativo às reuniões está hospedado no link do Planejamento Estratégico na Intranet. O procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, elogiou e parabenizou o trabalho da equipe do NUGEP pelo esforço e eficiência no trabalho de planejamento, objetivando a excelência nos serviços prestados pela instituição. “Todos vocês nos ajudam a manter o foco para a execução dos projetos e engrandecimento do Ministério Público”, considerou.

Ao mediar o andamento da reunião, a coordenadora do NUGEP, Ticiania Sampaio, exibiu o vídeo, produzido pela Assessoria de Imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça, sobre a preparação da Segunda Onda do Planejamento Estratégico, a qual trará um novo cenário de modernização do MPCE. Para Plácido Rios, é

imprescindível que todos conheçam os resultados da Primeira Onda e informem-se do que está sendo projetado para o futuro da Instituição, por se tratar de projetos prioritários.

Um dos projetos que continuarão a vigorar na Segunda Onda trata sobre a Memória Institucional do MPCE, cuja pesquisa consistente em fazer um levantamento histórico e legislativo do MPCE será incrementada com a estruturação da Intranet e pela contratação de uma empresa de edição de materiais audiovisuais. De acordo com a coordenadora do projeto, Sheila Pitombeira, parte das entrevistas com membros do MPCE aposentados e das leis que inauguraram o MPCE que estão sendo digitadas serão entregues até dezembro de 2019.

Com a palavra, Iran Sírio ressaltou a consolidação do planejamento estratégico que vem traçando o rumo do MPCE até o ano de 2021, a partir de uma gestão democrática e participativa. Os projetos estruturantes visam aprimorar a gestão de recursos, a eficiência dos processos internos e a qualidade do capital humano, além de defender os direitos dos cidadãos. Iran Sírio informou que o MPCE adotará o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID), cujo objetivo é a localização e identificação de pessoas desaparecidas, vítimas de crimes ou não.

O sistema foi concebido a partir do Programa de Identificação de Vítimas (PIV) — que recebeu uma menção honrosa na sétima edição do Prêmio Innovare, em 2011 — e funciona por meio de um banco de dados inteligente, que cruza informações provenientes de diversos órgãos utilizadas nos processos de localização de desaparecidos, identificação de óbitos e verificação de fenômenos correlatos. Para Iran Sírio, o sistema poderá ser ampliado e colocado à disposição para receber denúncias da população em locais de grande circulação, possibilitando a criação de políticas públicas em benefício da sociedade.